

OUTUBRO 2026

207ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

DELICADO EQUILÍBRIO

Oposição no Congresso terá a missão de controlar o STF e barrar as políticas de Lula

Editorial: Flávio Bolsonaro e as batalhas que mais importam para a oposição

Empresários anunciam fim de ações sociais com incertezas econômicas pós-vitória de Lula



Imagem criada com Gemini-AI

Índice

Editorial: Flávio Bolsonaro e as batalhas que mais importam para a oposição 04

Sílvio Ribas: Oposição no Congresso terá a missão de controlar o STF e barrar as políticas de Lula 11

Franklin Ferreira: O Brasil que perdemos e a esperança que nos resta 19

Empresários anunciam fim de ações sociais com incertezas econômicas pós-vitória de Lula 39

Proposta do governo supera previsões e Brasil deve ter maior imposto de consumo do mundo 47

Crime tem queda expressiva nos EUA sob o governo Trump 56

Prêmio Jabuti de literatura celebra Lula e esnoba a católica Adélia Prado 62

USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Flávio Bolsonaro durante evento de campanha, em outubro. (Foto: ChatGPT sobre foto de Vittor Sales/Campanha PL)

EDITORIAL

Flávio Bolsonaro e as batalhas que mais importam para a oposição

O senador Flávio Bolsonaro, candidato derrotado à presidência da República, chegou na manhã de quarta-feira aos Estados Unidos, para onde viajou

após o recrudescimento da perseguição política movida contra ele tendo como pretexto os inquéritos a que responde no Supremo Tribunal Federal (STF). Em sua primeira manifestação pública fora do país, após uma versão inicial na qual se declarava “presidente eleito do Brasil”, Flávio se proclamou “líder do Brasil” e falou mais de uma vez em “fraude eleitoral”, cometida por “criminosos que roubaram a eleição do Brasil”.

Que o segundo turno foi totalmente atípico é algo que está suficientemente comprovado. Lula comprou votos em escala nunca antes vista, por meio de um “pacote de bondades” de centenas de bilhões de reais em gastos ou renúncias a receitas; sua campanha digital se superou no terrorismo apocalíptico, criando um clima de puro medo; o TSE pouco fez para conter a desinformação, e fechou totalmente os olhos ao

abuso de poder político; por fim, veio a decisão mencionada por Flávio em sua carta, na qual Cristiano Zanin atropelou o TSE e prorrogou a votação quando a maioria das seções eleitorais já estava fechada.



Garantir que o Senado seja presidido por um parlamentar da oposição, comprometido com o freio aos abusos do Supremo, deveria ser a prioridade absoluta

Compreende-se a profunda decepção com a derrota no segundo turno, depois de Flávio ter saído na frente em 4 de outubro. Compreende-se a sensação de que há algo de errado quando Lula consegue incríveis 10 milhões de votos adicionais na comparação com o primeiro turno. Mas é

preciso ter evidências irrefutáveis para acusar fraude. Foi o que os venezuelanos fizeram em 2024, já escaldados pela “vitória” irregular de Nicolás Maduro em 2018: eles fotografaram todos os boletins de urna que puderam, e foi assim que provaram, acima de qualquer dúvida, que os dados oficiais de apuração eram falsos. Sem uma evidência que Flávio possa exibir para o mundo no caso brasileiro – e o próprio coordenador de campanha de Flávio, o senador Rogério Marinho, afirmou que não tem essas provas –, qualquer acusação de fraude se torna inclusive muito perigosa para o futuro da oposição no Brasil.

A crença em uma fraude em 2022, recorde-se, foi um dos estopins – se não tiver sido o principal deles – para o 8 de janeiro de 2023. Ainda que um novo tumulto como o ocorrido naquela ocasião não aconteça, falar em fraude sem apresentar

provas é tudo de que nossa juristocracia autoritária precisa para recolocar em prática as teses da “democracia defensiva” e reforçar a perseguição. Quem duvida que Polícia Federal, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República e STF colocarão em sua mira qualquer um que endosse, elogie ou até mesmo compartilhe as alegações de fraude, tratando-o como potencial instigador de um novo golpe? Flávio deveria saber disso mais que ninguém: foi a tese do “golpismo” que colocou seu pai na prisão em uma condenação sem crime. Seus adversários estão salivando para poder usá-la outra vez.

Que Flávio acuse, isso sim, o abuso de poder político, que foi bastante real. Embora seja improvável a cassação da chapa de Lula no TSE, seria uma providência para marcar posição

enquanto a oposição se prepara para as verdadeiras batalhas; a primeira delas ocorrerá no Senado, onde Davi Alcolumbre respira aliviado com a reeleição de Lula, que se torna o fiador de sua recondução à presidência da casa, na disputa marcada para fevereiro de 2027. Garantir que o Senado seja presidido, nos próximos dois anos, por um parlamentar da oposição, comprometido com o freio aos abusos do Supremo, cumprindo seu papel constitucional, deveria ser a prioridade absoluta, até porque o Centrão fisiológico já se movimenta para apoiar Alcolumbre, como fez a federação formada por União Brasil e PP.

Liderar a oposição, agora, exige mobilizar as dezenas de senadores de direita e centro-direita, os deputados dispostos a frustrar os planos do petismo e dar seguimento à ideia da CPI do Abuso de Autoridade, e os vários governadores

(especialmente aqueles de estados importantes) eleitos na onda oposicionista. Não é hora de perder tempo com alegações de fraude que servem apenas para atizar um regime autocrático, que joga sujo e pesado e que não perderá uma chance de esmagar a oposição que continua no Brasil. Apesar da derrota na disputa presidencial, o eleitor deu um presente ao país na forma de um Legislativo majoritariamente de direita e centro-direita, e é com essas armas que o jogo tem de ser jogado. De nada adiantará uma multidão de deputados e senadores cassados, presos ou expatriados.



[Voltar ao índice](#)



Centrão aposta na senadora Tereza Cristina (PP-MS) como uma ponte entre direita e centro-direita para presidir o Senado em 2027. (Foto: Ton Molina/Agência Senado)

OPINIÃO

Sílvio Ribas

Oposição no Congresso terá a missão de controlar o STF e barrar as políticas de Lula

A derrota de Flávio Bolsonaro (PL) para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deslocou para o

Congresso a batalha política e institucional da direita contra a aliança entre o presidente reeleito e o Supremo Tribunal Federal (STF). O primeiro desafio para parlamentares opositores será converter a força que ganharam das urnas em controle real da Câmara e, sobretudo, do Senado.

O PL terá 121 deputados e 28 senadores em 2027, maiores bancadas de partido nas duas Casas há décadas. Seu peso lhe garante protagonismo, mas ainda exige alianças com a centro-direita. Na Câmara, a esquerda e a centro-esquerda somam 124 cadeiras, forçando Lula a negociar fora de seu campo. A oposição reunirá 45 senadores em 2027, enquanto a atual base governista recuará de 38 para 26, nove deles petistas. A contagem indica vantagem clara, mas não assegura disciplina em votações. Para chegar aos 41 votos exigidos para obter o comando do Senado, o PL depende de 13

apoios de outras legendas. “Lula venceu no Executivo, mas os seus adversários prevaleceram no Legislativo”, resumiu Juan Carlos Arruda, do Ranking dos Políticos. Ele lembra que o Senado é decisivo para filtrar indicações ao STF, além de embaixadores e diretores de agências reguladoras. “A maioria hostil no Senado poderá fazer o governo moderar nos nomes indicados”, prevê.

Disputa pelo comando do Congresso será o primeiro teste da oposição

Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS) aparecem como nomes de oposição alternativos à continuidade de Davi Alcolumbre (União-AP) na presidência do Senado. A derrota de Flávio fez Marinho, coordenador de sua campanha, rever planos. Já a senadora se oferece

como ponte com o centrão, onde Arthur Lira (PP-AL) chega ao Senado para influenciar a distribuição do poder para 2027. Alcolumbre tentará dividir o campo conservador para seguir no cargo. Hugo Motta (Republicanos-PB) entra na disputa da Câmara fortalecido pelo apoio de 12 partidos, embora o PL avalie candidatura própria, com destaque para o nome de Sóstenes Cavalcante (RJ).

A reeleição de Lula ajuda os seus aliados que presidem as duas Casas do Congresso, mas, até agora, só o chefe do Executivo assegurou a condição de líder de um dos poderes da República. Os ministros da Corte, por sua vez, não tinham alternativa a não ser atuar em favor da reeleição de Lula, para se proteger.

Não por acaso, Alexandre de Moraes organizou um jantar para reaproximar Lula de Alcolumbre. O episódio revela uma interlocução política relevante. Para a direita, o cenário que emergiu das urnas só reforça o incentivo a romper a proteção recíproca entre Executivo e Judiciário, que é sustentada pelo Senado. Os ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino, indicados por Lula no atual mandato, simbolizam para a direita a influência presidencial mais explícita no STF, que poderá receber ainda novos nomes no quarto mandato.

A reação dos parlamentares de direita para se contrapor aos agentes de toga do Palácio do Planalto anda em paralelo com a necessidade de buscar limites para o Supremo, sobretudo para as devastadoras decisões individuais dos magistrados.

Reforma do Judiciário e impeachment de juízes foram cobrados pelas urnas

Os campeões de voto do PL na Câmara tentarão converter popularidade em presidências de comissões e lugares na Mesa. Os postos definem relatorias, audiências e o ritmo das reformas. Sem ocupá-los, a direita pode repetir o paradoxo de reunir bancadas numerosas e assistir a bloqueios de sua agenda.

Nesse cenário, o impeachment de ministros do STF será a demanda mais clara apontada pelas urnas, mas que exige fundamento e votos de plenário. A condenação depende de 54 senadores. O processo foi dificultado ainda mais em 2025 por uma decisão monocrática do ministros do STF Gilmar Mendes. Ele elecou o quórum para as fases iniciais do processo de modo que uma

maioria simples de senadores favoráveis não é mais suficiente para afastar um ministro do STF enquanto corre o processo de impeachment.

Assim, mesmo os 45 senadores da próxima legislatura já classificados como opositores não bastariam para abrir um processo de impeachment, caso o Senado não se contraponha à decisão de Mendes. Reformar o Judiciário exigirá coordenação entre as Casas, negociação e capacidade de sustentar a pauta votada. Se o quadro fiscal piorar, Lula terá menos espaço para acomodar o centrão e dificuldade para conter a insatisfação. Crise econômica, isolamento parlamentar e protestos marcaram as quedas de Fernando Collor (PRN) e Dilma Rousseff (PT). Essa combinação eleva riscos políticos para Lula, em paralelo à constatação de seus crimes de responsabilidade.

O cientista político Paulo Kramer admite a hipótese de impeachment de Lula nos primeiros anos do novo mandato petista, condicionada à economia, aos fatos concretos e, sobretudo, ao comando da Câmara. "O cenário segue aberto. Antes disso, a oposição terá de vencer a disputa das Mesas: será ali que seu avanço nas urnas começará a virar poder de veto ou frustração de eleitores", concluiu.



Autor: Jornalista de política e economia com foco na cobertura do Congresso Nacional. Passou pelos jornais Diário do Comércio (MG), Gazeta Mercantil, Estado de Minas, Brasil Econômico, Correio Braziliense e A Tarde (BA). **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Apoiadora de Flávio Bolsonaro lamenta a derrota para Lula no segundo turno da eleição presidencial. (Foto: Vinicius Santa Rosa/EFE)

OPINIÃO

Franklin Ferreira

O Brasil que perdemos e a esperança que nos resta

Há momentos na história de uma nação em que a tristeza é maior que a indignação. A indignação

ainda pressupõe alguma expectativa de mudança. A tristeza chega quando percebemos que aquilo que julgávamos uma crise passageira talvez seja, na verdade, a expressão de um problema muito mais profundo, enraizado nas instituições, na cultura política e nas escolhas de uma parcela considerável da população.

Diante da reeleição de Lula, em mais um pleito marcado por controvérsias, foi difícil não recordar os versos sombrios de *Nevermind*, de Leonard Cohen, que parecem traduzir a amarga sensação de derrota diante de um poder maléfico que se perpetua:

A guerra estava perdida

O tratado, assinado

Não fui capturado

*Cruzei a fronteira
Não fui capturado
Embora muitos tenham tentado
[...]
Tive de deixar para trás
A vida que era minha
[...]
A história é contada
Entre fatos e mentiras
[...]
A guerra estava perdida
O tratado, assinado
Há verdades que sobrevivem
E verdades que morrem
Não sei quais são umas ou outras
Então, que importa?*

*É difícil não experimentar esse sentimento
diante do Brasil de hoje.*



A existência de eleições e de representantes legitimamente eleitos não garante, por si só, a preservação da democracia

Durante mais de duas décadas, acompanhamos a consolidação de um projeto político que ultrapassa governos e mandatos. Vimos escândalos de corrupção, crises econômicas, o aparelhamento de instituições, o enfraquecimento da confiança pública e a crescente disposição de tratar adversários políticos como inimigos a serem eliminados da vida pública. Houve resistências, vitórias ocasionais e momentos de esperança. Mas a impressão, cada vez mais difícil de afastar, é que as forças responsáveis por esse processo continuam firmemente poderosas.

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, parece hoje uma interrupção excepcional de uma trajetória mais longa. Sua vitória demonstrou que havia uma parcela expressiva da sociedade inconformada com os rumos do país. Entretanto, também revelou que uma vitória eleitoral, por si só, não basta para transformar estruturas políticas e institucionais consolidadas ao longo de décadas.

A experiência brasileira parece confirmar uma verdade desconfortável: é possível conquistar o governo sem conquistar a capacidade efetiva de governar. E que é possível perder eleições sem perder o controle de importantes centros de poder.

A democracia e seus limites

Uma das grandes preocupações atuais é o crescente desequilíbrio entre os poderes da República. O Supremo Tribunal Federal, cuja missão constitucional deveria incluir a proteção das liberdades fundamentais e a preservação dos limites institucionais, tornou-se protagonista de decisões políticas de enorme alcance.

Não se trata de negar a necessidade de um Judiciário independente. Ao contrário: justamente porque a independência judicial é indispensável à democracia, devemos nos preocupar quando decisões judiciais parecem substituir a deliberação legislativa ou restringir desproporcionalmente direitos fundamentais.

A experiência internacional oferece advertências que não deveriam ser ignoradas. Na Venezuela, a eleição de uma Assembleia Nacional de maioria opositora, em 2015, não impediu que o regime chavista esvaziasse progressivamente seus poderes, valendo-se de decisões judiciais e da criação de instituições paralelas. A lição é inquietante: a existência de eleições e de representantes legitimamente eleitos não garante, por si só, a preservação da democracia, sobretudo quando as instituições encarregadas de limitar o poder passam a servir à sua concentração.

A liberdade de expressão, o devido processo legal, a separação dos poderes e o direito à oposição não são concessões de governantes ou magistrados, mas garantias fundamentais de uma sociedade livre. Quando essas garantias são ameaçadas, é a

própria democracia que está em perigo. O que está em jogo é a liberdade de todos os brasileiros e a preservação do Estado de Direito.

Uma longa agonia

Talvez nosso maior erro tenha sido imaginar que o declínio de uma nação acontece de maneira súbita e espetacular. Nem sempre há tanques e militares nas ruas, fechamento formal do Congresso ou suspensão explícita da Constituição. Às vezes, a deterioração ocorre lentamente. A queda de Roma deveria ter nos ensinado que as grandes civilizações nem sempre desmoronam de uma vez: muitas vezes, são corroídas lentamente por dentro, muito antes de sucumbirem.



Não basta culpar os governantes. Precisamos perguntar por que tantos brasileiros continuam aceitando a corrupção, os abusos e a troca de favores

As instituições continuam funcionando, mas sem credibilidade. As eleições continuam acontecendo, mas a confiança nas regras se enfraquece. A imprensa continua publicando, mas o debate público se torna cada vez mais condicionado por alinhamentos políticos. O Estado continua crescendo, enquanto a sociedade perde autonomia. A corrupção deixa de provocar escândalo. A violência passa a integrar a rotina. A mediocridade administrativa torna-se aceitável. O cidadão aprende a sobreviver apesar do governo, e não graças à proteção das instituições.

O perigo não é apenas econômico. É também moral. Uma sociedade que se acostuma com a mentira, que relativiza a corrupção conforme a identidade de seus praticantes e que transforma a lealdade partidária em critério supremo de julgamento compromete os fundamentos da vida comum.

O PT e o Centrão têm grande responsabilidade pela decadência da política brasileira. O PT construiu um projeto de poder baseado no controle da máquina pública, na distribuição de cargos e em alianças para permanecer no governo. O Centrão, por sua vez, fez da troca de favores sua principal forma de atuação, negociando apoio no Congresso em troca de cargos, verbas e influência. Embora tenham interesses diferentes, os dois se tornaram

parceiros indispensáveis. O PT precisa dos votos do Centrão para governar, enquanto o Centrão depende do governo para manter seus privilégios. Nessa relação, o interesse público fica em segundo plano. O que importa é conservar o poder, distribuir benefícios e garantir a sobrevivência política de ambos. E quem paga a conta dessa aliança é, como sempre, o povo brasileiro.

Mas nenhum projeto político permanece no poder sem apoio popular. Não basta culpar os governantes. Precisamos perguntar por que tantos brasileiros continuam aceitando a corrupção, os abusos e a troca de favores. Afinal, os políticos também refletem os valores de quem os elege.

A gravidade do momento exige lucidez, não ilusões. Há riscos reais de novos conflitos entre os poderes, de ampliação das restrições à liberdade de expressão, de insegurança jurídica, de fuga de investimentos e de agravamento da situação fiscal.

Mas a prudência exige preparação. Famílias devem considerar seriamente sua segurança, a educação dos filhos, sua independência financeira e suas perspectivas profissionais. Aprender idiomas, adquirir competências, desenvolver redes de confiança e até considerar a possibilidade de viver em outro país são decisões legítimas. Não há virtude cristã em expor desnecessariamente os filhos à insegurança. Tampouco há desonra em permanecer, trabalhar honestamente e procurar construir uma vida digna em circunstâncias adversas. O importante

é não entregar nossa existência inteira à política. Um governo pode dificultar a prosperidade, comprometer oportunidades e produzir injustiças. Mas não deve receber o poder de determinar o significado último de nossa vida.

Recuperar aquilo que está próximo

Talvez seja hora de redescobrir a importância daquilo que realmente importa. A família reunida à mesa. O casamento preservado com fidelidade. Os filhos educados no temor do Senhor. Os avós transmitindo sua experiência aos netos. Os amigos que permanecem próximos nas dificuldades. O trabalho realizado com excelência. Os livros que nos tornam mais sábios. E, acima de tudo, a igreja local.



Famílias devem considerar seriamente sua segurança, a educação dos filhos, sua independência financeira e suas perspectivas profissionais

Em tempos de instabilidade, somos tentados a procurar segurança exclusivamente nas grandes estruturas: governos, tribunais, partidos e instituições nacionais. Mas boa parte da vida real acontece em comunidades menores, nas quais ainda podemos exercer responsabilidade concreta. A família, a igreja, a escola, as amizades e as associações voluntárias são espaços fundamentais de formação moral e resistência à desumanização. São lugares nos quais aprendemos a amar o próximo, praticar a justiça, falar a verdade e exercer a liberdade com responsabilidade.

O cristão não deve abandonar a vida pública. Deve, porém, recusar a idolatria política. O presidente Lula não é um messias. O PT não é a igreja. Nenhuma vitória eleitoral inaugura o Reino de Deus, e nenhuma derrota eleitoral pode destruí-lo.

A esperança de um povo peregrino

A perspectiva histórica é vital para os que creem no Deus de Israel e seu Messias, Jesus. O povo de Deus está peregrinando neste mundo há mais de 4 mil anos, desde os dias de Abraão. Ao longo dessa caminhada, viu impérios surgirem, conquistarem povos, construírem monumentos à própria grandeza e, finalmente, desaparecerem. Viu o poder dos faraós, a violência da Assíria, a arrogância da Babilônia, a majestade da Pérsia, as

conquistas da Grécia e a força aparentemente invencível de Roma. Todos passaram.

A igreja atravessou perseguições, guerras, epidemias, revoluções, tiranias e períodos de profunda decadência moral. Sobreviveu a imperadores que exigiam adoração, a reis que reivindicavam autoridade absoluta e a ideologias que prometiam construir o paraíso na terra. Todos esses poderes tiveram seu tempo. Nenhum recebeu a última palavra.

O salmista nos adverte: “Não confiem em príncipes, nem nos filhos dos homens, em quem não há salvação” (Salmo 146,3). E o profeta Daniel nos lembra que Deus “remove reis e estabelece reis” (Daniel 2,21). Essas verdades libertam-nos do desespero. Podemos trabalhar pela justiça sem

acreditar que o destino do mundo repousa sobre nossos ombros. Podemos resistir ao mal sem nos tornarmos semelhantes àqueles que o praticam. Podemos lamentar a situação de nossa pátria sem perder o amor por ela. Podemos reconhecer derrotas políticas sem concluir que fomos derrotados naquilo que realmente importa.



Talvez o Brasil atravesse anos difíceis. Talvez vejamos coisas que jamais imaginamos presenciar. Mas ainda teremos filhos para educar, igrejas para servir, amigos para amar, livros para escrever e verdades para ensinar

O autor de Hebreus descreve os patriarcas como estrangeiros e peregrinos sobre a terra, homens e

mulheres que aguardavam uma pátria superior (Hebreus 11,13-16). Essa esperança não os impediu de viver, trabalhar, formar famílias e cumprir suas responsabilidades no mundo. Assim também devemos proceder.

Talvez o Brasil atravesse anos difíceis. Talvez vejamos coisas que jamais imaginamos presenciar. Talvez algumas esperanças políticas precisem ser abandonadas, e outras, profundamente revistas. Mas ainda teremos filhos para educar, igrejas para servir, amigos para amar, livros para escrever e verdades para ensinar. Ainda teremos o culto no Dia do Senhor, a pregação da Palavra, o batismo, a mesa da comunhão e as promessas de Cristo. E isso não é pouca coisa.

Nossa esperança não repousa na sobrevivência de uma ordem política, mas naquele cujo Reino não terá fim. Os poderes deste mundo passam. Cristo permanece. Por isso, não precisamos fingir que tudo está bem. Podemos chorar pelo Brasil. Podemos lamentar as oportunidades perdidas e as injustiças cometidas. Há tempo para o lamento, como nos ensinam os profetas e os salmos.

Mas não nos é permitido desesperar. Continuemos fazendo o bem, educando nossos filhos, fortalecendo nossas igrejas, cultivando amizades e preservando aquilo que é verdadeiro, bom e belo. Não sabemos o que será do Brasil nas próximas décadas. Sabemos, porém, a quem pertencemos. E enquanto os reinos deste mundo continuam a surgir e desaparecer, a igreja de Jesus Cristo prossegue em sua peregrinação,

aguardando a cidade que tem fundamentos, da qual Deus é o arquiteto e edificador.

Coragem. Nossa pátria terrena pode atravessar a escuridão. Mas a nossa esperança está firmada naquele que venceu o mundo.

É



Autor: Franklin Ferreira é bacharel em Teologia, pós-graduado em Bíblia e Teologia, mestre em Teologia e doutor em Divindade. reitor e professor de Teologia Sistemática e História da Igreja no Seminário Martin Bucer, professor-adjunto no Puritan Reformed Theological Seminary, em Grand Rapids-MI (Estados Unidos), e consultor acadêmico. Autor de vários livros sobre teologia e

história do cristianismo. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Empresários encerram ações sociais após reeleição de Lula (PT) (Foto: Reprodução/Instagram/@ casadascopiasjoinville e @icecreammixbrasil)

Mercado

Empresários anunciam fim de ações sociais pós-vitória de Lula

Por Célio Yano

Empresários de diversas regiões do país têm anunciado o encerramento de ações de

assistência social que promoviam ou de que participavam após o resultado do segundo turno das eleições presidenciais que reelegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A decisão é justificada por eles com o cenário de incerteza econômica que o país deve enfrentar nos próximos anos, durante o quarto mandato do petista.

A gráfica Casa das Cópias, de Joinville (SC), afirmou na segunda-feira (26) que “estão cancelados por tempo indeterminado todos os apoios, patrocínios, participações em ações sociais, rifas, doações e compras institucionais”. Segundo comunicado divulgado pela empresa no Instagram, “diante do cenário atual”, a “prioridade absoluta” será concentrar esforços, recursos e energia “na manutenção da nossa operação, na sustentabilidade do nosso negócio e

nas famílias que dependem dele”. No comunicado, a gráfica informa ainda que deve fazer uma reavaliação da decisão em janeiro de 2032.

Decisão semelhante foi tomada pelo cirurgião plástico André Miolo, que atende em Itabira (MG), Belo Horizonte e São Paulo. Ele anunciou, também na segunda, ter suspenso o programa de cirurgias gratuitas que mantinha nas últimas duas décadas. “Essa difícil decisão decorre da instabilidade econômica e política do país e, ao longo desses anos, de nossa preocupação com o grave cenário fiscal atual e seu possível agravamento nos próximos anos, o que compromete a continuidade do programa”, informou em seu perfil na rede social. “Reconhecemos a importância dessa iniciativa para tantas pessoas que não tinham condições de

arcar com o tratamento cirúrgico”, acrescentou. “Encerramos esse ciclo com pesar, mas também com a satisfação de termos contribuído para a saúde e a qualidade de vida de tantas pessoas.”

A rede Ice Cream Mix, que tem lojas em São Paulo, Curitiba, Ribeirão Preto (SP), Sumaré (SP), Arcos (MG), Piumhi (MG) e Luanda, em Angola, também afirmou na segunda que não promoverá mais “qualquer tipo de ação que envolva doação de cestas básicas, brinquedos e qualquer tipo de ajuda aos que se dizem ‘necessitados’”.

A justificativa da empresa, entretanto, foi diferente. “Estamos cansados de ajudar quem não quer ser ajudado e prefere viver dos auxílios do governo”, publicou a empresa. Após a publicação, a empresa passou a ser criticada nas redes sociais. Em um vídeo publicado na sequência, o

fundador da rede, Adriano Reis, respondeu aos comentários, segundo ele, de eleitores do presidente reeleito. “Eles acharam ruim. Ué, mas o Lula não tirou vocês da pobreza? Por que vocês estão precisando de cesta básica nossa? Não estou entendendo mais nada”, disse.

Deputado responsabiliza esquerda por decisão de empresários

Para o deputado estadual reeleito pelo Rio de Janeiro Márcio Gualberto (PL), as medidas tomadas pelos empresários refletem a escolha feita pelo eleitorado no segundo turno da disputa presidencial. “A esquerda está conseguindo, até mesmo, acabar com a assistência social que não era realizada pelo Estado”, comentou o parlamentar. “Vários empresários, pessoas autônomas e benfeitores estão publicando nas

redes sociais que não mais ajudarão ninguém, pois já que o Brasil está bem — e tendo em vista que as pessoas votaram no Lula — não se sentem mais na obrigação de ajudar aos mais necessitados”, declarou Gualberto no X. “É uma pena; mas, por outro lado, sei que a vida é feita de escolhas. E escolhas têm consequências. Ou como diria o adágio popular: ‘Quem semeia vento, colhe tempestade.’”

Líder do governo manda investigar demissões e boicotes a empresas de eleitores de Lula

Desde segunda-feira tem sido publicada nas redes sociais uma série de relatos de pessoas que teriam sido demitidas por terem se declarado eleitoras de Lula, além de posts que incentivam empresários a promover a mesma medida. A prática, no entanto, é ilegal. A Constituição

garante a liberdade de convicção política, enquanto a Lei 9.029/1995 proíbe práticas discriminatórias nas relações de trabalho.

Nesta terça-feira (27), o juiz Leonardo Saggese Fonseca, da 3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, atendeu a um pedido do Ministério Público do Trabalho do estado (MPT-RJ), determinando que a deputada estadual Índia Armelau (PL) remova em até 48 horas uma postagem em que questiona se empresários deveriam manter em seus quadros funcionários que votaram em Lula.

O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), líder do governo na Câmara, anunciou ter acionado o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) para abrir um processo de investigação sobre os incentivos que circulam nas redes sociais e identificar seus autores. “Com

certeza deve ter um comando centralizado”, afirmou. “São muito graves as notícias que se multiplicam sobre uma ação deliberada e organizada por parte de apoiadores radicais de Flávio Bolsonaro que estimulam a demissão de supostos eleitores e eleitoras que votaram no Lula no último domingo, o boicote a empresas, o boicote a profissionais liberais.”

“Várias listas estão sendo difundidas nas cidades com um discurso de ódio, violento, de intimidação explícita. E várias informações dão conta de pessoas que foram demitidas, submetidas a todo tipo de constrangimento, de assédio moral. Isso é crime”, disse o parlamentar.



[Voltar ao índice](#)



Alíquota da CBS calculada pelo TCU, de 11,3%, ficou acima das projeções iniciais, em torno de 9,3% (Foto: Dall-E/Gazeta do Povo)

IVA

Proposta do governo supera previsões e Brasil deve ter maior imposto de consumo do mundo

Por Vandr  Kramer

A aprova  o pelo Tribunal de Contas da Uni  o (TCU), nesta quarta-feira (28), de uma al  quota de

11,3% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) supera as projeções iniciais do governo e frustra empresas que esperavam uma tributação menor com a reforma tributária. O percentual calculado pelo TCU ficou acima da faixa apontada anteriormente por especialistas e pelo próprio governo, entre 9% e 9,5%. A decisão ocorreu três dias depois da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais.

Se confirmada, a proposta elevará a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual brasileiro a 30%. O sistema será dividido em dois tributos: a CBS, de competência federal, com alíquota de 11,3%, e o IBS, administrado por estados e municípios, estimado em 18,7%. Com essa taxa, o Brasil passaria a ter o IVA mais alto do mundo, segundo ranking da consultoria PwC.

Agora o Senado terá até 15 de dezembro para analisar a resolução com a alíquota poposta. Caso não delibere no prazo legal, a legislação determina a aplicação provisória dos 11,3% calculados pelo tribunal.

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) havia projetado, no final de junho, que a alíquota do IVA ficaria em 27,91% — patamar que já colocaria o Brasil como o país com a maior alíquota-base de IVA do mundo, segundo ranking da consultoria PwC. A proposta inicial da Secretaria Especial da Reforma Tributária era de 26,5%, o que mantinha o país em segundo lugar, atrás apenas da Hungria.

A cobrança efetiva da CBS começa em janeiro de 2027, quando a definição da alíquota terá impacto direto na adaptação de empresas e na formação

dos preços. Neste ano, as empresas já estão testando o registro do tributo nas notas fiscais, mas ainda sem pagamento do valor correspondente.

Exceções tributárias ajudam a explicar a alíquota elevada

Segundo o TCU, a alíquota maior do que o esperado decorre de uma calibragem técnica que busca replicar, em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), a média arrecadada entre 2012 e 2021 por PIS, Cofins, IPI e IOF-Seguros — meta fixada em cerca de 4,99% do PIB. A Receita Federal não apresentou um percentual numérico específico de alíquota em sua proposta inicial entregue ao TCU. O órgão encaminhou uma proposta metodológica sigilosa, composta por 17 módulos de cálculo.

Especialistas consultados pela Gazeta do Povo afirmam que os benefícios tributários e as alíquotas reduzidas aprovados pelo Congresso ajudam a explicar o percentual elevado. Como o governo precisa manter a arrecadação total, essas exceções diminuem o número de empresas e operações sujeitas à alíquota padrão. Para compensar essa redução, a cobrança precisa ser maior sobre quem não recebe os mesmos benefícios.

Tributaristas questionam alíquota inflada e tramitação sigilosa

A divulgação do percentual provocou forte reação no meio tributário. Para Tiago Carneiro, coordenador de consultoria tributária da Abe Advogados, o número impressiona e compromete a previsibilidade. "O valor foi conhecido a pouco

mais de dois meses da entrada em vigor da CBS. As empresas terão pouquíssimo tempo para precificar contratos e ajustar sistemas", aponta.

Richard Dotoli, tributarista e sócio de Siqueira Castro Advogados, observa que o parâmetro concreto reflete o custo dos privilégios setoriais. Ele critica a tramitação sob sigilo durante o período eleitoral e a falta de transição gradual. "O calendário preocupa. O Senado tem até meados de dezembro para aprovar a resolução e a cobrança começa em 1º de janeiro, sem o intervalo de 90 dias que normalmente separa a fixação de um percentual da sua exigência".

Daniel Bartkevicius, responsável pelo contencioso do Bergamini Advogados, ressalta que a alíquota nominal de 11,3% não equivale diretamente à carga suportada. Em 2027, a

legislação estabelece desconto de 0,1 ponto percentual para testes, fixando a alíquota efetiva em 11,2%. "Se a definição ocorrer no limite do prazo, as empresas terão pouco mais de duas semanas para concluir ajustes de preços, sistemas de emissão de notas e contratos de longo prazo", alerta o tributarista, que prevê questionamentos judiciais sobre o afastamento da anterioridade nonagesimal — a regra que exige 90 dias entre a fixação de um tributo e sua cobrança.

Como a nova alíquota pode afetar os custos das empresas

A migração para a CBS altera o planejamento financeiro das companhias, em especial as enquadradas no regime do lucro presumido. Atualmente submetidas ao PIS/Cofins cumulativo de 3,65%, essas empresas saltarão para uma

alíquota nominal superior a 11%, e o custo final dependerá da apuração rigorosa de créditos.

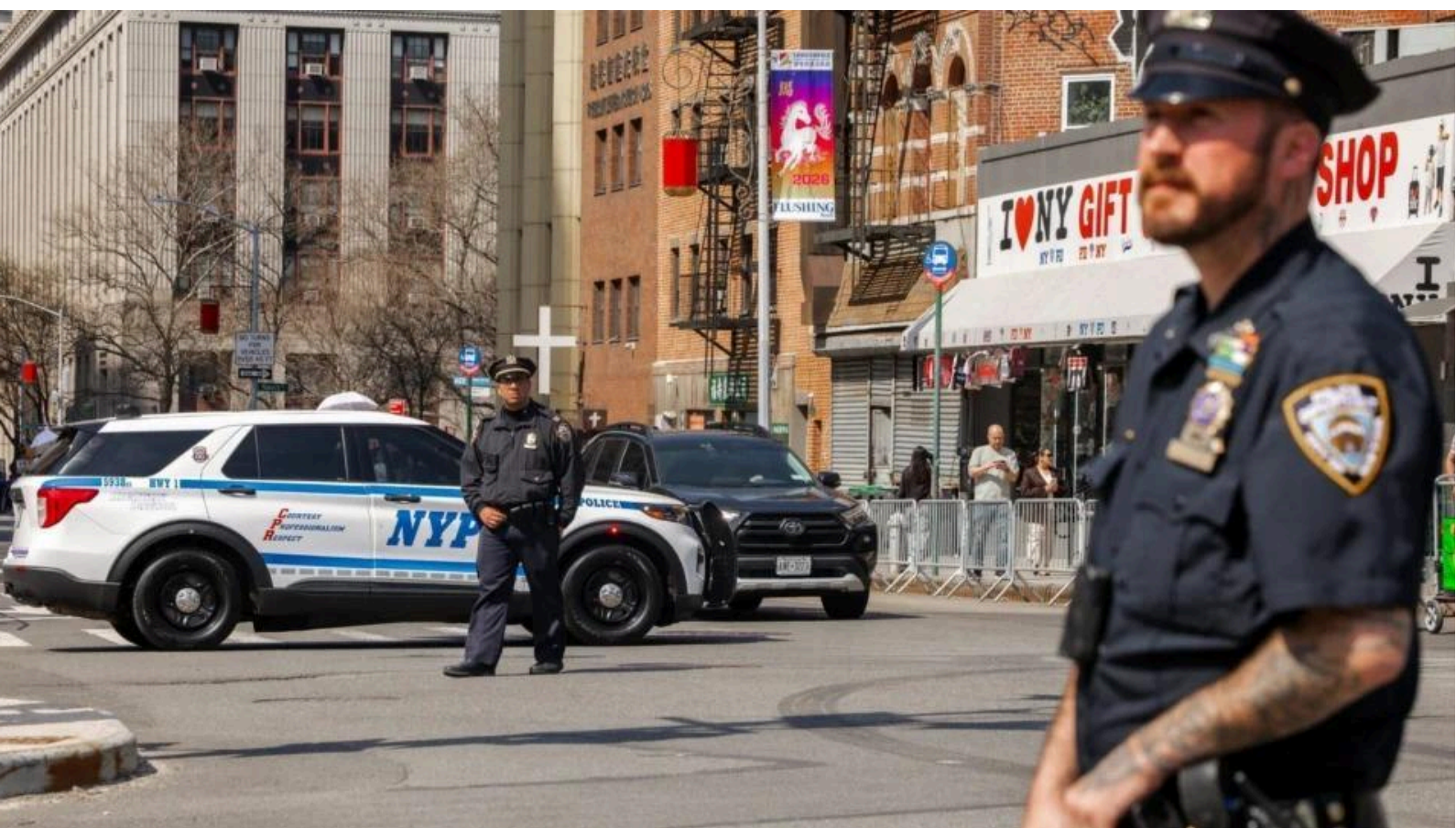
Setores de serviços e pequenas empresas também enfrentam incertezas. No plenário do TCU, o ministro Augusto Nardes manifestou preocupação com os 24 milhões de micro e pequenos empresários do Simples Nacional, que podem perder competitividade pela dificuldade de gerar créditos às grandes corporações.

A indefinição atinge contratos de longo prazo e compras governamentais. O TCU fixou em 44,2% o redutor aplicável às aquisições da administração pública direta, autarquias e fundações públicas. O ajuste contratual não será automático e exigirá comprovação de desequilíbrio econômico-financeiro.

A carga elevada também pesa na competição internacional. Para João Gabriel Pio, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o IVA elevado em comparação à média de 19,67% de alíquota padrão de IVA dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coloca o Brasil em desvantagem na atração de capital produtivo, exigindo que o sistema de aproveitamento de créditos funcione sem entraves.



[Voltar ao índice](#)



Policiais em Nova York: crime em queda. (Foto: EFE/EPA/OLGA FEDOROVA)

Novos dados

Crime tem queda expressiva nos EUA sob o governo Trump

Por Fred Lucas, do Daily Signal

Novos dados de uma pesquisa federal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos

mostram que o volume de crimes violentos caiu 25% e o de crimes contra o patrimônio caiu 19% em 2025 no território americano em comparação com as taxas de 2024. Os novos dados mostraram quedas particularmente acentuadas em lesões corporais graves, roubos, invasões a domicílio e furtos/roubos de veículos automotores.

A Pesquisa Nacional de Vitimização por Crimes (NCVS), conduzida pelo Departamento do Censo dos EUA e divulgada pelo Departamento de Estatísticas da Justiça (BJS), estimou os crimes sofridos por americanos com 12 anos ou mais e por domicílios, incluindo incidentes que nunca foram relatados à polícia.

O Departamento de Justiça afirma que as quedas, do último ano do governo Biden para o primeiro ano do segundo governo Trump, são as maiores

quedas em um único ano na história da pesquisa, iniciada em 1973. “Este relatório é a prova de que a agenda ‘Make America Safe Again’ do Presidente [Donald] Trump está funcionando”, disse o Procurador-Geral Associado Stanley Woodward em um comunicado. “Sob o governo do Presidente Trump e da Procuradora-Geral Blanche, a segurança dos americanos cumpridores da lei sempre virá em primeiro lugar.”

Os achados são preliminares, e o Departamento de Estatísticas da Justiça planeja publicar as estimativas finais de vitimização de 2025 em 2027.

A pesquisa estimou que americanos com 12 anos ou mais sofreram cerca de 7,5 milhões de vitimizações violentas em 2025. Esse número

representa uma queda em relação aos 8,2 milhões registrados em 2024, o último ano do governo Joe Biden. A taxa de vitimização por crimes violentos, excluindo lesão corporal simples, caiu 25%, passando de 9,9 para 7,4 incidentes por 1.000 pessoas.

O relatório define vitimizações por crimes violentos graves como incluindo “ocorrências ameaçadas, tentadas e consumadas de crimes”.

A vitimização por lesão corporal grave caiu 31%, de cerca de 1,30 milhão de incidentes em 2024 para 907.000 em 2025, de acordo com o relatório. A taxa diminuiu de 4,5 para 3,1 incidentes por 1.000 pessoas. O texto informa que a vitimização por roubo caiu 27%, de cerca de 626.000 incidentes em 2024 para cerca de 454.000 em 2025.

Entre os crimes mais comuns, a vitimização por crimes contra o patrimônio caiu 19%, de cerca de 18,4 milhões de incidentes em 2024 para 14,9 milhões em 2025, indicam os dados. A vitimização por invasão de domicílio e invasão de propriedade caiu 25%, de 1,87 milhão de incidentes para 1,41 milhão, enquanto a vitimização por furto/roubo de veículos automotores caiu 30%, de 1,19 milhão de incidentes para 841.000.

O Departamento de Justiça argumenta que a criminalidade está caindo porque um policiamento mais eficaz incentiva as vítimas a denunciar as infrações. O órgão também atribui o resultado ao aumento da fiscalização migratória na fronteira sul, citando a remoção de mais de 400.000 imigrantes ilegais previamente

acusados ou condenados por crimes. O Departamento de Justiça destaca ainda o combate ostensivo às drogas, citando um aumento relatado de 25% nas apreensões de fentanil, como outro fator que contribuiu para as quedas na vitimização.

Além disso, o departamento observa que o Departamento de Álcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos (ATF) relatou um aumento de 57% nas acusações criminais associadas aos seus esforços de combate ao tráfico de armas, enquanto o FBI desarticulou 1.800 gangues e organizações criminosas.



[Voltar ao índice](#)



A entrega do Prêmio Jabuti aconteceu em São Paulo, nesta quarta (27). (Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil)

Cerimônia em SP

Prêmio Jabuti de literatura celebra Lula e esnoba a católica Adélia Prado

Por Erich Thomas Mafra

Na noite de terça-feira (27), autores, editores e convidados da Câmara Brasileira do Livro (CBL)

ocuparam a Sala São Paulo para a entrega do 68º Prêmio Jabuti, com a São Paulo Chamber Orchestra no palco tocando, entre outras peças, *Odeon*, de Ernesto Nazareth. Fazia dois dias que Luiz Inácio Lula da Silva havia sido reeleito, e a plateia ainda reagia ao resultado.

A cerimônia durou pouco menos de três horas, e quase uma delas foi de discursos de autoridades. Na abertura, a presidente da CBL, Sevani Matos, disse que um prêmio de 68 anos continua relevante porque valoriza "a riqueza da pluralidade de vozes da literatura brasileira".

A primeira menção direta a Lula veio mais tarde, da presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Pacobahyba, que lembrou a decisão do presidente de incluir em 2024 as bibliotecas públicas e

comunitárias no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) Literário. A plateia respondeu com aplausos, gritos e o coro "Olê, olê, olá, Lula, Lula".

A política voltou ao palco na entrega de Romance de Entretenimento. O baiano Ian Fraser, premiado por *Cartografia para Caminhos Incertos*, subiu dando vivas à democracia, de camisa vermelha estampada com o rosto de Lula. E, ao posar para uma foto com o estimado Jabuti em uma das mãos, decidiu levantar a outra para fazer o L.

A poeta de 90 anos e os três jurados

Na categoria Poesia concorria *O Jardim das Oliveiras*, primeiro livro de poemas inéditos de Adélia Prado desde 2013. A mineira de

Divinópolis recebeu em 2024 o Camões e o Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras (ABL), pelo conjunto da obra, e escreve há meio século uma poesia atravessada pela fé católica. O título do novo livro remete ao jardim do Getsêmani, onde Jesus rezou na véspera de sua crucificação. "Sem essa fé, eu não teria escrito nada disso", disse ela numa entrevista de 1979.

Adélia estreou aos 40 anos. Professora em Divinópolis, mandou em 1975 os originais de *Bagagem* para Carlos Drummond de Andrade, que os encaminhou à editora Imago, no Rio, e o livro saiu no ano seguinte. Na entrevista de 1979, contou que ainda dava aulas de educação religiosa numa escola da cidade, mantinha atividades paroquiais e que, ao publicar o primeiro livro, sentiu vergonha de estar fazendo poesia, efeito de uma herança de preconceitos

que tratava as mulheres como menores. Na mesma conversa, ela explicou por que prefere ser chamada de poeta: a palavra soa mais forte e mais bonita que poetisa, e a forma feminina, a seu ver, carrega o mesmo preconceito que a fez sentir vergonha no começo.

Em "Nada errado", o sétimo poema de *O jardim das Oliveiras*, a poeta de 90 anos escreve: "Agora que fiquei velha, penso: coitada da mãe, não teve tempo de ver como Deus trabalha em cada um. Tá tudo certo." Uma semana antes, a Fundação Biblioteca Nacional havia dado a Adélia o primeiro lugar em poesia e posto em segundo *Boris e Marina*, de Alberto Martins. Tudo indicava que era uma das favoritas naquela noite paulistana. Mas os três jurados do Jabuti inverteram a ordem e deram o prêmio a Martins, com poemas que reinventam as cartas trocadas

em 1926 por Boris Pasternak, Marina Tsvetáieva e Rainer Maria Rilke. Quase 50 depois do único Jabuti que recebeu, por *O coração disparado*, e num ano em que passou duas internações em um hospital em Divinópolis, Adélia ficou sem a estatueta.

A estatueta de Ruy Castro ficou com a editora

O último anúncio foi o do Livro do Ano, dado à obra mais bem avaliada entre as categorias de Literatura e Não Ficção, com R\$ 70 mil e uma viagem a uma das grandes feiras internacionais do livro. Pela segunda vez seguida, o escolhido foi Ruy Castro, agora com *Trincheira tropical*, reconstituição do Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial que também venceu em Biografia e Reportagem. Em 2025, o título tinha

ido para outro título do Imortal da ABL, *O ouvidor do Brasil*, suas 99 crônicas sobre Tom Jobim.

Castro, de 78 anos, não foi à Sala São Paulo, por motivo de saúde, e a maior distinção do prêmio mais tradicional do país ficou nas mãos de sua editora na Companhia das Letras, a mesma casa que publicou Boris e Marina.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- Sem Flávio no país, direita enfrenta desafio para reorganizar oposição a Lula
- Michelle chega ao Congresso como força política do clã Bolsonaro
- Quem é James Talarico, candidato ao Senado que quer quebrar 38 anos de domínio republicano no Texas
- Nas cidades mais miseráveis do Brasil, Lula teve quase 70% dos votos
- Deputada democrata leva xará do adversário à urna para confundir eleitores
- Pet supera filho como símbolo de sucesso entre jovens brasileiros

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice